

O fim da bolsa-escola

O governo atual do Distrito Federal decidiu acabar com o Programa Bolsa-Escola, que beneficiava 55 mil crianças de baixa renda de Brasília desde 1995. Nos termos do programa, instituído no governo anterior, toda família que colocasse o filho na escola passava a receber um salário mínimo. O objetivo era estimular as famílias a manterem as crianças na escola e, com isso, reduzir o problema do trabalho infantil. O programa de Brasília foi pioneiro e há hoje programas semelhantes em 140 municípios no País todo.

As avaliações do programa foram muito favoráveis. Em maio, o seminário internacional do Banco Mundial – *Construção de Alianças no Combate à Pobreza* – examinou 42 projetos de bolsa-escola, em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas. O projeto que recebeu o maior apoio do Bird, com aval da FGV, foi o de Brasília.

Recebeu também um prêmio da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), pela constatação, por técnicos internacionais, de que o percentual de alunos bolsistas que ainda trabalhavam (2,4%) era três vezes menor do que entre as crianças não beneficiadas (7,6%). A decisão da Unesco levou em conta também o fato de que as crianças bolsistas foram selecionadas no segmento da população que apresentava o pior rendimento escolar – 60% dos escolhidos haviam repetido pelo menos duas vezes antes de integrarem o programa.

Em 1997, a Unesco comprou o desempenho de bolsistas e não-bolsistas, no exame aplicado em todas as escolas do País pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para alunos do ensino básico, descobrindo que os bolsistas de Brasília tiveram desempenho ligeiramente me-

lhor em português e matemática do que os demais alunos. Finalmente, o prêmio foi concedido porque, apesar do PBE do Distrito Federal ter trabalhado com alunos com baixo desempenho escolar, em dois anos conseguiu “trazê-los para os níveis médios do conjunto dos alunos da rede pública”.

Essas avaliações não foram consideradas pela secretária da Educação de Brasília, Euri-des Brito. Segundo um estudo feito pela própria secretaria e apoiado pela Universidade Católica de Brasília, as crianças beneficiadas pelo programa “tiveram desempenho pior” do que as não atendidas. Não foram apresentados dados que sustentem essa afirmação, que não coincide com as avaliações dessas mesmas crianças feitas pelo Saeb, o exame oficial do

MEC para todo ensino básico. Ainda segundo a secretária foi verificado que 14% das crianças atendidas “trabalhavam em outros horários”.

Esse dado tam-

bém não é confirmado pelas avaliações dos técnicos do Banco Mundial. A justificativa do governador Joaquim Roriz, inimigo político do governador Cristóvam Buarque, do PT, que criou o PBE, é de que o programa falhara tecnicamente e por isso foi substituído pelo programa *Sucesso no Aprender* que vai distribuir cestas básicas, uniformes e material escolar para as novas famílias escolhidas.

Tudo é muito estranho nessa decisão de encerrar o PBE de Brasília. Se existem razões técnicas para a decisão é preciso conhecê-las porque muitos recursos públicos estão sendo aplicados no Brasil todo em programas como esse. Porém, se a decisão é política – no pior sentido da palavra –, o País também precisa saber disso para conhecer melhor os métodos da gestão Joaquim Roriz em Brasília.

Sem motivos técnicos, a decisão do governo do DF foi política, no pior sentido